

# Jatene quer encargo social para elevar verba de saúde

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Ao defender ontem o acréscimo de 1% na contribuição patronal para a Previdência Social, vinculado ao atendimento primário de saúde e destinado às secretarias estaduais e municipais, o secretário de Saúde de São Paulo, Adib Jatene, observou que apenas esta contribuição seria suficiente para atender às necessidades primárias da população do Estado, que cresceu em 5 milhões de habitantes nos últimos dez anos.

"Se as populações rurais ou de países do Terceiro Mundo podem esperar pelo ano 2000 para receberem assistência primária de saúde, as populações das áreas metropolitanas exigem uma resposta agora." Esta a observação de Jatene para propor, na VII Conferência Nacional de Saúde, a destinação de recursos federais específicos para o setor estadual de saúde, sempre reprimido por causa de outros compromissos do orçamento do Estado.

Contrariando o regulamento da conferência, o secretário-geral do Ministério da Saúde, Mozart de Abreu e Lima, que presidiu a mesa de trabalhos, contestou as duas proposições de Adib Jatene por considerar que "qualquer elevação da participação patronal nos benefícios da Previdência Social significa elevação dos custos sociais da empresa, refletindo no mecanismo inflacionário e no custo final dos bens de consumo".

Mozart ressaltou que o setor de saúde não dispõe de todos os recursos necessários ao atendimento público que, somados, elevam a Cr\$ 700 bilhões o seu orçamento global — um dos maiores do mundo. Depois, pregou um grande esforço na redefinição de prioridades, sendo advertido por Adib Jatene, em tom irritado, de que não fora ele, mas o ministro Jair Soares quem considerou insuficientes os recursos para atendimento primário da população.

Queixou-se o secretário de São Paulo de que os recursos

destinados pela Previdência e Saúde ao Estado não atendem a mais que 2% da demanda em saúde, no que foi repreendido por Mozart ao esclarecer que "isto não é obrigação, mas concessão dos Ministérios". Em 1979, os repasses do Ministério da Saúde representaram 0,3% e os da Previdência 2,8% do orçamento da Secretaria, declarou Jatene, anunciando que este ano serão destinados Cr\$ 33 bilhões: Cr\$ 25 bilhões para saneamento e Cr\$ 8 bilhões ao restante do setor.

Jatene considerou "inteiramente inaceitável" que "na maior cidade da América do Sul — cujo potencial econômico e financeiro é o mais elevado do País, onde a medicina alcançou seu mais alto nível de desenvolvimento, onde os hospitais e serviços vêm incorporando toda a moderna tecnologia — grandes parcelas da população têm dificuldade até para vacinar seus filhos", e propôs uma "modificação urgente nesta situação". A construção de mais 400 postos de saúde seria suficiente — segundo Jatene — para atender às necessidades primárias da população metropolitana de São Paulo — região que representa 3% da área do Estado, mas concentra mais da metade de sua população, a grande maioria migrantes, com baixo índice de escolaridade.

"Corrigir a omissão, inaceitável e incompreensível", foi o que sugeriu Adib Jatene, na palestra sobre "Expansão dos serviços de saúde nas áreas metropolitanas", para combater a "distorção a que estamos assistindo em nosso País, onde coexistem o mais alto nível de assistência médica e o mais baixo nível de assistência à saúde, na mesma cidade e no mesmo local". Ele se referia especialmente às cidades urbanizadas como São Paulo, onde é comum a existência de "um grande contingente de equipamentos subutilizados, ociosos e até mesmo nunca utilizados, de prédios suntuosos das agências bancárias e das repartições burocráticas".